



2004/03/07

AS COMUNIDADES PORTUGUESAS NO ESTRANGEIRO E O CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA NACIONAL

João Vieira Borges

Em Agosto de 1980, já o falecido primeiro-ministro, Francisco de Sá Carneiro, identificava Portugal como «uma Nação populacional espalhada pelos quatro cantos do mundo».

Referiu ainda que só poderíamos sobreviver, ou acreditar no nosso país e no nosso futuro se nos concebêssemos como Nação que abrange os residentes e os não residentes, todos tratados em pé de igualdade.

Vinte e quatro anos passados, continuam a ter plena actualidade as palavras de Sá Carneiro, aliás como já vêm tendo desde o século XV, altura em que Portugal como primeira potência plúrioceânica se começou a preocupar com este “fenómeno histórico estrutural da nossa sociedade”.

Joel Serrão (1972) considerou o fenómeno da emigração portuguesa como “uma espécie de válvula de segurança da estrutura mais ou menos tradicional” da nossa sociedade, e António Barreto (2003) não esquece a importância deste fenómeno para o desenvolvimento e forte crescimento de Portugal.

Apesar de se ter transformado em país de imigrantes e das políticas desenvolvidas nos últimos anos, em termos de estruturação das Comunidades Portuguesas no Estrangeiro (CPE), de maior intervenção das autarquias locais e da estrutura consular, com o incremento do instrumento comunicação social (caso da RTPI), Portugal continua a apresentar os mesmos valores de há cerca de 10 anos: 4,5 milhões de portugueses das CPE, 180.000 recenseados e em média 30.000 votantes.

Estes números são preocupantes, porque reduzem substancialmente as mais valias estratégicas das CPE, sobretudo na sociedade de informação que consegue manter mais, e porventura melhor informado, um português em Paris do que numa aldeia próxima de Chaves ou Bragança.

É natural que, independentemente do esforço nacional no sentido de aproximar as CPE ao novo Portugal de Figo em vez de Eusébio, e de Mariza em vez de Amália, a situação evolua para uma redução substancial do número de portugueses no estrangeiro.

E vários factores contribuirão para esse fenómeno inevitável: a redução do número dos novos emigrantes (cada vez mais temporários); o envelhecimento e o retorno de muitos emigrantes dos anos 60 à sua terra natal; a integração das segundas gerações.

Apesar desta evolução recente, a diáspora portuguesa continua a ser, proporcionalmente à sua população, uma das mais numerosas do Mundo, facto que não deve ser descurado por políticos mas também por estrategos.

Depois destes considerandos, constatamos facilmente que escrever ou falar sobre o “património” que constitui tão vasta comunidade e sobre as acções políticas no sentido de maior coesão e ligação dessas comunidades a Portugal, seria matéria sem dúvida mais fácil (apesar de execução difícil) do que abordar esta temática do ponto de vista da segurança e defesa nacional, que nos obriga a uma leitura das intenções, consubstanciadas no Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN).

As CPE vinham explicitamente descritas no CEDN de 1994, nas orientações para as estratégias gerais, e incluídas no conceito de acção estratégica, onde se considerava como fundamental «a valorização do papel das comunidades portuguesas no Mundo, ajudando-as a reforçar o seu peso político nos países de acolhimento e robustecendo os laços culturais e económicos que os ligam a Portugal».

De acordo com o novo CEDN de 2003, a “nossa geografia de identidade passa, decisivamente, pelo relacionamento com os países que falam Português”, devendo passar também, na nossa perspectiva, pelos países “onde se fala português”, no fundo, onde existem CPE.

Mais adiante, nos valores permanentes da defesa nacional, o novo CEDN destaca que “a coesão da sociedade portuguesa implica, também, a valorização das comunidades Portuguesas espalhadas pelo mundo.

É importante o reforço dos laços com os países de acolhimento das nossas comunidades emigrantes (...). Em defesa dessa coesão nacional, “o Estado, através dos meios políticos, diplomáticos e, se necessário, militares, deverá preparar-se para poder defender as vidas e os interesses dos Portugueses, em qualquer momento, onde quer que se encontrem, no respeito pelo Direito Internacional.”

Considera ainda o novo CEDN, que são áreas prioritárias com interesse relevante para a definição do Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural, os países em que existem fortes comunidades de emigrantes Portugueses, o que reforça a importância das CPE. Para dar consistência aos desideratos anteriores, as missões das Forças Armadas contemplam ainda “a capacidade de protecção e evacuação de cidadãos nacionais, em áreas de tensão ou crise”.

Deste modo, pensamos que o actual CEDN reactualiza mais fielmente a importância estratégica das CPE, apesar de, na prática, não se desenvolverem capacidades no sentido de fazer face a cenários de evacuação de portugueses.

Portugal continua a confiar no baixo grau de probabilidade que constituem situações de protecção e evacuação de nacionais em países como a República da África do Sul (RSA) e a Venezuela, onde se encontram grandes comunidades portuguesas e onde a instabilidade política e social tem sido crescente.

Pensamos que é tempo de se actualizarem os planos, de se adquirirem os meios e de preverem as acções conjuntas e combinadas, no sentido de não nos confrontarmos com situações com que já nos debatemos em 1975...

Se por um lado devemos continuar as acções de valorização do papel das CPE, de maior ligação a Portugal e simultaneamente de maior integração nas comunidades em que estão inseridas, por outro lado, é importante equacionarmos com sentido estratégico e prospectivo, as consequências do retorno, mesmo que em paz, de centenas de milhares de emigrantes idosos nos próximos 10 a 20 anos (obrigatório ler as obras “Tempo de Mudança” e “Tempo de Incerteza” de António Barreto).

Se as CPE constituem indiscutivelmente um vector estratégico importante da política externa portuguesa, pela sua importância ao nível social, económico e cultural, é importante prevenir e trabalhar no sentido de não se transformarem, a prazo, numa vulnerabilidade, nem que se tenha de investir, em tempo, longe das fronteiras nacionais.

A globalização ao aproximar indiscutivelmente as CPE da sua terra natal, obriga-nos a cuidar da utilização dos novos instrumentos da comunicação, na defesa activa dos seus direitos políticos, culturais, sociais e económicos, com novas formas de participação, quer no país de recepção quer em Portugal.

Para além do reforço dos laços com os países de acolhimento das nossas comunidades emigrantes, desde o Canadá à RSA, é importante incentivar a integração de sucesso das CPE, no sentido de não ser necessário, mesmo havendo capacidade e credibilidade, de vir a defender as vidas e os interesses dos Portugueses, em qualquer momento, e em qualquer lugar...